

Capital Social e Desenvolvimento Rural Sustentável: Uma Abordagem Sistêmica da Verticalização da Agricultura Familiar

João Luiz Passador (FEARP/USP) jlpassador@usp.br
Jair Júnior Sanches Sabes (UEM) jairjrss@msn.com
Márcia Regina Ferreira (UNIANDRADE/FANP) marciagora@uol.com.br
Odacir Antônio Zanatta (CESUMAR) ozanatta@uol.com.br

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir sobre a verticalização da agricultura familiar, pois a partir dela cria-se uma rede entre os agentes da sociedade, uma nova prática social, que vai além da melhoria da renda do produtor. Busca-se realizar essa reflexão para que se possam apresentar alternativas que tenham maior poder de contraposição a modelos excludentes, pois frente às turbulências da globalização (alta tecnologia, redução de emprego e desigualdade social) a valorização da agricultura familiar ameniza a questão social que assola o País. Diante disto, discorrer acerca da possibilidade da verticalização da agricultura familiar, tornam-se relevantes os conceitos de capital social e abordagem sistêmica, como elementos-chave para essa reflexão. Dessa forma, foi realizada uma revisão teórica sobre capital social, desenvolvimento rural sustentável, abordagem sistêmica e, por fim, apresenta-se a discussão sobre a verticalização da agricultura familiar.

Palavras-chave: Capital Social; Desenvolvimento Rural Sustentável; Agricultura Familiar.

1. Introdução

A Agricultura Familiar¹ é uma das bases sobre a qual se construiu a prosperidade que marca as nações mais desenvolvidas. No Brasil, as políticas públicas até o momento não proporcionaram o apoio necessário aos agricultores familiares para que eles fossem colocados no centro das estratégias de desenvolvimento local-regional. No Paraná, vem crescendo a importância da agricultura familiar como segmento econômico, social e ambiental e o tema tem se transformado em assunto muito discutido em vários seminários e encontros, principalmente através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Universidades, Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Prefeituras Municipais e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

O Paraná se destaca nacionalmente pela expressiva participação na produção de *commodities* agrícolas, tais como soja, trigo e milho. No entanto, em torno de 80% da produção do Estado é proveniente da agricultura familiar, que comercializa a maior parte de sua produção de alimentos ainda *in natura*, perdendo a oportunidade de adição de valor ao produto primário através da constituição de agroindústrias, gerando empregos rurais e aumentando a renda dos pequenos produtores, com resultados diretos de melhoria de qualidade de vida às comunidades do meio rural.

Desta forma, programas no âmbito estadual, como a Fábrica do Agricultor, que agrega valor aos produtos agrícolas e viabiliza aos agricultores familiares a modernização ou

¹ Dentre as diversas classificações que englobam produtores agrícolas no segmento da agricultura familiar, considera-se agricultor familiar, todo aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto, seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; tenha no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

adequação de pequenas unidades agroindustriais, a Capacitação Rural, que propicia à população rural processos educativos, políticos, sociais, culturais, gerenciais, econômicos e tecnológicos, e o Programa Paraná 12 meses, que visa à redução dos índices de pobreza no meio rural e à criação de novos postos de trabalho, assim como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar² (PRONAF), que é um programa de âmbito Federal.

Nesse sentido, desenvolver um trabalho acadêmico sobre a verticalização da agricultura familiar apresenta-se relevante não apenas pelo desenvolvimento da ciência, de fazer avançar este conhecimento através de dados, situações e desvendamento, mas também pela dimensão social que envolve a universidade ao contribuir para o avanço da pesquisa em relação à inserção social dos agricultores e uso de tecnologias na agricultura familiar e políticas sociais compensatórias (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Nessa integração vertical, cria-se uma rede entre os agentes da sociedade, uma nova prática social, que vai além da melhoria da renda do produtor, pois melhora sua relação com o outro (consumidor, cooperado), visto que aquele produto a ser comercializado é uma parte de sua história, uma parte da vida de sua família. Assim, ele busca alcançar o seu papel de sujeito nesse processo, adquirindo, conseqüentemente, um maior poder de contraposição a modelos excludentes. Diante das turbulências de um mundo globalizado (alta tecnologia, redução de emprego e desigualdade social) a coesão familiar em torno da terra contribui com a questão social que assola o País.

E nesse contexto, a universidade se torna um agente facilitador indireto, pois poderá relatar todo este processo através de uma interpretação teórica, via trabalho científico. Afinal, “só a teoria pode dar valor científico a dados empíricos, mas, em compensação, ela só gera ciência se estiver em interação articulada com esses dados” (SEVERINO, 2002).

O objetivo deste artigo é discorrer acerca da possibilidade da verticalização da agricultura familiar, tendo os conceitos de capital social e abordagem sistêmica como elementos-chave ao embasamento dessa reflexão. Dessa forma, foi realizada uma revisão teórica sobre capital social, desenvolvimento rural sustentável, abordagem sistêmica e por fim uma discussão sobre a verticalização da agricultura familiar.

2. Capital social e desenvolvimento rural sustentável

Entre duas ou mais comunidades com a mesma quantidade de recursos instrucionais (capital humano) e materiais (capital físico) o que as distingue, no que tange ao desempenho de seus membros, é a existência de Capital Social, isto é, a existência de laços de confiança e reciprocidade estabelecidos, que tornarão possíveis a mobilização dos indivíduos para a ação coletiva.

Segundo Coleman (2000), tanto quanto capital humano e capital físico que facilitam a atividade produtiva, Capital Social também o faz. Por exemplo, um grupo dentro do qual existe grande fidelidade e confiança está hábil a realizar muito mais do que um grupo comparável sem fidelidade e confiança.

No Brasil a principal obra de referência sobre capital social é de Putnam (2000), a qual provoca uma impressão que mistura encanto e desalento. Por um lado, é fantástico constatar que na raiz do maior desenvolvimento político das regiões situadas no Norte da Itália, por oposição ao Sul encontram-se organizações que datam de quase mil anos como os coros de Igreja e as sociedades de ajuda mútua. No Norte da Itália formou-se, há muito, uma

² O programa destina-se a produtores com renda anual abaixo de R\$ 60 mil. O crédito mínimo é de R\$ 1 mil, que vai para áreas menos favorecidas, como o Nordeste do Brasil. Já nos locais mais desenvolvidos, esse valor chega a R\$ 32 mil, variando por categoria. Os juros, subsidiados, variam de 1% a 7,25% a.a. tanto para o custeio como para o investimento. Há também créditos para os assentados, que recebem até R\$ 15 mil, com juros de 1% a.a. e prazo de 10 anos para pagamento. Em 2003, o PRONAF gerou mais de 638 mil novos empregos e garantiu a manutenção de outros 3,3 milhões (estima-se que o programa tenha gerado 1,4 milhão de novos empregos no campo em 2004). Em 2004, a meta do PRONAF era liberar R\$ 7 bilhões (PRONAF, 2005; PARDINI, 2004).

comunidade que se interessa por questões públicas, que valoriza a virtude cívica e para a qual cidadania significa deveres e direitos iguais para todos (PUTNAM, 2000). Esta tradição de cooperação e laços de solidariedade horizontal que explica o melhor desempenho institucional das regiões situadas ao Norte da Itália está ausente da região Sul, onde a pobreza e o atraso se devem em grande parte (mas não inteiramente) à incapacidade de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum ou mesmo visando a qualquer objetivo que transcenda aos interesses materiais imediatos da família nuclear. É a partir desta dicotomia que Putnam (2000) se propõe a estabelecer uma conexão entre “o civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança”.

O importante então é a base cultural, o enraizamento histórico do processo de institucionalização. Mas justamente aí, neste “culturalismo”, é que reside o desalento. Como bem mostra a síntese de Abu-El-Haj (1999, p. 71), o ponto de vista de Putnam acaba sendo de profundo ceticismo: “associando as possibilidades de avanço democrático à existência de ingredientes culturais naturais a certas sociedades, o autor destitui a grande maioria dos países em desenvolvimento da possibilidade de alcançar a civilidade”.

Esta constatação não é errada: ela é insuficiente. Da mesma forma, o trabalho de Putnam é importante para mostrar que ali onde o capital social existe, ele é um elemento decisivo do desenvolvimento.

Uma outra vertente — que ao contrário da “culturalista”, pode ser chamada de neo-institucionalista — vai enfatizar o papel decisivo das elites políticas na formação de capital social. Estas elites não têm o poder, sozinhas, de criar capital social, mas elas podem bloquear sistematicamente sua acumulação. Os casos de corrupção no repasse de verbas destinadas a políticas sociais descentralizadas é um exemplo claro disso. É óbvio que a criação de laços de confiança, de compromissos, de vínculos de reciprocidade capazes de estimular os contatos sociais e as iniciativas das pessoas (em suma, o capital social) não é um atributo exclusivo dos agricultores do Sul. Mas é claro que ali onde estes laços de confiança são sistematicamente sabotados por elites corruptas, os indivíduos terão menores incentivos a dedicar energias à construção de redes permanentes de interação. Na prática, quando os indivíduos sentem não só que o poder é corrupto, mas que não existem alternativas ao desmando, será evidentemente maior a propensão a submeter-se verticalmente a estes poderes e a renunciar ao investimento em redes horizontais de cooperação, que são a base do capital social.

Nesse sentido, ao se discutir a formação ou destruição do capital social, De Franco (2000) apresenta que o ser humano é um ser social, e existirá sempre em qualquer coletividade humana, uma tendência ou propensão básica para cooperar, interpretada como uma predisposição para gerar Capital Social. No entanto, essa propensão pode ser refreada quando as diferenças entre os seres humanos são transformadas em separações que se institucionalizam como hierarquias, criando separações entre superiores e inferiores, entre fracos e fortes, ricos e pobres, sábios e ignorantes, gerando conflitos que muitas vezes são solucionados através de uma política autocrática (atitude monárquico-militar diante da política).

Esta hierarquia como forma de relacionamento e a autocracia como modelo de regulação são os dois obstáculos à produção, à acumulação e à reprodução de Capital Social. É por isso que o conceito de Capital Social tem a ver com poder e com política.

Um importante cientista político contemporâneo (EVANS, 1998) resume esta idéia em três proposições básicas que, de certa forma, procuram representar uma alternativa — neo-institucionalista — à visão “culturalista” de Robert Putnam:

- **As agências estatais necessitam das comunidades:** as comunidades são co-produtoras de seus resultados e não seus clientes passivos.

- **As comunidades necessitam de burocracias estatais**, já que poucos serviços, nas sociedades contemporâneas, podem ser organizados num nível puramente local e sem o apoio dos conhecimentos e dos recursos que venham de Estados e da Federação.
- **Neste sentido, a sinergia entre Estado e sociedade** pode criar um círculo virtuoso de mudança institucional.

Capital social, portanto, não é simplesmente um atributo cultural, mas: ele pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos alternativas aos comportamentos políticos convencionais: “as dotações pré-existente de capital social são recursos valiosos na construção de relações sinérgicas (entre Estado e sociedade civil), mas não podem ser consideradas como a raridade decisiva. As comunidades que desfrutam os benefícios da sinergia não desfrutam necessariamente dotações prévias excepcionais de capital social” (EVANS, 1996, p. 1130).

Segundo Putnam (2000), criar capital social não é fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar. A democracia envolve a participação e o envolvimento de todos os atores nos processos, desta forma o fortalecimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Extensão Rural, são atores essenciais para o reconhecimento da importância da agricultura familiar. Ambos reconhecem na agricultura familiar a base social do processo de reconstrução institucional da vida política no interior do País. Esta é uma das premissas fundamentais para que elas contribuam para a formação de um quadro institucional que possa mostrar aos indivíduos que a cooperação oferece recompensas mais importantes que a submissão a poderes autoritários e tão freqüentemente corruptos.

Ainda não existe uma avaliação consistente do funcionamento das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural, porém, o simples fato de o Movimento Sindical, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura terem organizado uma intensa formação dos participantes destas comissões já merece destaque. De qualquer maneira, o PRONAF vem acelerando, em muitas situações, o enriquecimento da vida associativa local, como se vê no dinamismo das cooperativas de crédito ligadas ao sistema CRESOL (Crédito da Agricultura Familiar).

Mas há uma outra face das políticas públicas voltadas ao meio rural que representa exatamente o contrário desta opção pelo desenvolvimento baseado na construção territorializada de capital social. O caso dos Cerrados é um excelente exemplo: embora a pesquisa agropecuária mostre que se trata de um ecossistema frágil, cuja biodiversidade pode ser explorada de maneira sustentável pelas populações locais, toda a orientação governamental vai ao sentido de fazer dos Cerrados uma área de abertura de fronteira para a produção de grãos³. O comportamento do governo a respeito das mudanças na lei florestal brasileira também é igualmente um forte indicativo de que a idéia de apoiar o desenvolvimento rural na formação de capital social e na valorização dos recursos locais corre fortemente o risco de ser derrotada pelos interesses que vêm no campo simplesmente um local adequado para a produção de *commodities*.

Desta forma, não se deve permitir que as perspectivas da agricultura patronal sirvam de argumento para subestimar o potencial da agricultura familiar. Tanto mais que os custos sociais e ambientais da agricultura patronal, sobretudo do Cerrado, devem ser levados em conta ao se definirem as estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável. De acordo com

³ Conforme mostra o capítulo de agricultura sustentável da Agenda 21 brasileira, trata-se de um duplo equívoco. Por um lado, porque há uma vasta superfície já ocupada — sobretudo pela pecuária — e cujos retornos são tão baixos que poderiam ser melhorados por meio de técnicas como a rotação entre lavouras e pastagens, propiciando assim um aumento de produção sem necessidade de abertura de novas áreas. Por outro lado, o avanço da fronteira agrícola nesta região traz uma inestimável perda de biodiversidade e de oportunidades de geração de renda para as populações locais. Exatamente pelo fato de os Cerrados estarem entre as últimas áreas agricultáveis do mundo é que sua destruição deveria ser objeto de um horizonte estratégico e não das ações imediatas dos agentes privados.

Sachs (2003), daí a necessidade de incluir, nos planos de expansão do agronegócio, medidas capazes de melhorar e consolidar a situação dos pequenos produtores.

Segundo Sachs (2003) a agricultura familiar deve ser considerada como alavanca para o Desenvolvimento Rural. No entanto, isso envolve, além do acesso a terra, acesso ao conhecimento, às tecnologias apropriadas, às infra-estruturas (estradas e energia, além de água para irrigação), ao crédito e aos mercados, enfim elementos que envolvem uma abordagem sistêmica. Nessa abordagem do Desenvolvimento Rural, destaca-se também a inclusão de um componente agroindustrial nas pequenas propriedades rurais, as quais poderão criar empregos não-agrícolas. Um outro fator importante desta forma de desenvolvimento é a reforma agrária, a qual proporcionaria ao país de fato um Desenvolvimento Rural sustentável, pois estudos recentes sobre os impactos da reforma agrária em várias regiões, apresentam uma melhora significativa na condição de vida dos assentados.

Ao se considerar que o desenvolvimento sustentável envolve a participação nas atividades políticas. A proposta de investir no rural promove uma diversificação da produção e de canais de comercialização e criação de empregos, gerando através dos assentamentos uma maior participação política. Pois é preciso negociar, adquirir a infra-estrutura para os assentados o que proporciona um amplo espaço para uma política vigorosa de apoio, principalmente de acesso à tecnologia, ao crédito, á agregação de valor a produtos primários em pequenas unidades agroindustriais — uma área de atuação privilegiada para o SEBRAE, em colaboração com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além de tudo isso, esta proposta de investir no rural através da agricultura familiar tem um outro ponto importante na perspectiva do Desenvolvimento sustentável, que está nos serviços ambientais que são — e podem ser mais — prestados pelo manejo sustentável dos solos e florestas, beneficiando ainda o turismo e regiões rurais gerando emprego para a população local.

3. Abordagem sistêmica

Em ciências sociais recorre-se definição de enfoque sistêmico pelas suas raízes na teoria geral dos sistemas elaborada por Bertalanffy, que é uma concepção científica que permite o estudo dos fenômenos que constituem sistemas. Os sistemas abertos estão em constante interação e intercâmbio com o meio, ou seja, apresentando-se como uma reação à concepção mecanicista de interpretação da realidade.

De acordo com Senge (2002), o pensamento sistêmico é a quinta disciplina que permite integrar e compreender todas as outras (domínio pessoal, modelos mentais, visão compartilhada e aprendizagem em equipe). É de conhecimento coletivo que as empresas são, em suma, um sistema composto por inúmeras partes e que estas, de certa forma, estão conectadas umas às outras. Essa conexão entre as partes impõe, segundo a teoria de *A Quinta Disciplina*, que toda organização alcance um patamar de educação, em que cada um e todos os empregados tenham condições de ver o todo, e não a empresa como departamentos.

Nesse sentido, ao analisar a respeito da administração e das organizações (em especial a verticalização da agricultura familiar), nada é simples; ao contrário, de acordo com Maximiano (2002) “Tudo depende de tudo. Tudo é complexo”. Entender e lidar com a complexidade são as bases do pensamento sistêmico, uma das importantes ferramentas intelectuais que o administrador possui.

Desta forma, as questões que envolvem o tema, o qual propõe-se a reflexão sobre a agricultura familiar, apresentam problemas de natureza complexa, causados pelas interações de diferentes fatores. Assim, a abordagem sistêmica parece ser a mais indicada para abordá-la, já que o enfoque sistêmico, permite a necessária reorientação do pensamento e da visão do mundo a partir da introdução dos sistemas como novo paradigma científico, que contrasta com o paradigma analítico, mecanístico e linear de causa e efeito da ciência clássica.

Entretanto, mais importante do que a própria definição, são os princípios que o conceito de sistemas enfatiza, dentre os quais destacam-se os seguintes (CAPRA, 1996):

- **Visão do todo:** A abordagem sistêmica visa o estudo do desempenho total de sistemas, ao invés de se concentrar isoladamente nas partes.
- **Interação e autonomia:** Sistemas são sensíveis ao meio ambiente com o qual eles interagem, o qual é geralmente variável dinâmico e imprevisível. A fronteira do sistema estabelece os limites da autonomia interna, a interação entre os componentes do sistema e a relação deste com o ambiente.
- **Organização e objetivos:** Em um sistema imperfeitamente organizado, mesmo que cada parte opere o melhor possível em relação aos seus objetivos específicos, os objetivos do sistema como um todo, dificilmente serão satisfeitos.
- **Complexidade:** Este enfoque parte do princípio de que, devido a interações entre os componentes e entre o meio ambiente e o sistema como um todo, este é bem mais complexo e mais compreensivo do que a soma das partes individuais.
- **Níveis:** Sistemas podem ser entendidos em diversos níveis, como por exemplo, uma célula, uma folha, um animal, uma propriedade, uma região, o planeta e assim por diante. Um sistema em determinado nível pode ser entendido como um sub-sistema de outro nível.

Sendo assim, a agricultura familiar não pode ser abordada de maneira indissociada dos outros agentes responsáveis por todas as atividades que garantam a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. A agricultura familiar faz parte de uma extensa rede de agentes econômicos que vão desde a produção de insumos, transformação industrial (agroindustrialização) até armazenagem e distribuição de produtos agrícolas e derivados, isto é, a agricultura familiar tem de ser abordada a partir de um enfoque sistêmico, uma visão de conjunto.

4. Verticalização da agricultura familiar

De acordo com o IBGE (1997), no Paraná, o número de estabelecimentos rurais diminuiu drasticamente no período de 1985 a 1996, demonstrando a falência de muitos agricultores familiares e, conseqüentemente, o deslocamento para o meio urbano. A reversão deste quadro seria possível com a intervenção do Estado, implantando políticas que atendessem as necessidades da agricultura familiar e a busca de alternativas econômicas que garantissem emprego e maior renda às famílias rurais.

Um dos caminhos para a agricultura familiar seria a agroindústria de pequeno porte, a qual possibilitaria meios de ampliação de suas potencialidades, e oportunidades duradouras de inserção no mercado. O desenvolvimento da agroindústria familiar viabiliza economicamente o meio rural, refletindo na permanência do homem no campo, principalmente de filhas e filhos que serão absorvidos pelas atividades, inibindo o desejo de deslocarem-se para o meio urbano.

Em países desenvolvidos é natural a permanência no campo de geração para geração. A esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que só ocorre em poucas atividades, pois segundo Abramovay (2000), nos Estados Unidos e no Canadá é cinco vezes mais provável que um negócio agrícola passe de uma geração a outra do que um negócio não agrícola. Na França, em 1953, 85% dos agricultores eram provenientes do próprio meio rural e, em 1985, este percentual surpreendentemente aumentou para 90%. Na Grã-Bretanha, 80% dos agricultores em tempo integral prosseguem atividades de seus ancestrais.

No Brasil, experiências como o Programa Municipal de Verticalização da Agricultura Familiar, com a marca PROVE criada pela prefeitura da cidade de Blumenau (SC), reúne 95 itens da agroindústria familiar e gera dinâmicas locais sustentáveis, criando uma coesão familiar em torno da terra. De uma forma integrada, através de um conjunto de iniciativas simples, a parceria campo e cidade vem tendo sucesso. A rede pública recebe iogurte e leite

enriquecidos com ferro (casos de anemia quase desapareceram), os preços pagos aos produtores subiram — a remuneração dos pequenos produtores praticamente dobrou, o cooperativismo ganhou força e os gastos da prefeitura com merenda declinaram (GLOBO RURAL, 2000).

VAZ (2000) também apresenta o sucesso de um outro programa, o PROVE — Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural, promovido pelo Governo do Distrito Federal, onde os resultados obtidos se mostraram expressivos e o qualificam como uma política pública que deve ser referência em termos de geração de renda e fixação do pequeno produtor rural no campo. Os responsáveis pelo programa apontam como sua maior conquista a inclusão social e a recuperação da dignidade dos pequenos produtores rurais, até então desmotivados, condenados a atividades precárias de subsistência ou à migração para centros urbanos.

No Paraná, a Fábrica do Produtor é o programa parecido com o PROVE existente em outros estados. Tem como premissa a sustentabilidade social, econômica e ambiental, visa à agregação de valor aos produtos agrícolas, viabilizando aos agricultores familiares a modernização ou adequação de pequenas unidades agroindustriais, gerando com isso mais emprego e renda, bem como os inserindo de forma profissional e competitiva no mercado. As novas fábricas serão modulares e equipadas para processarem a produção local, desde os processamentos iniciais e mais simples, como a limpeza, lavagem e classificação de cereais e hortifrutigranjeiros, até aqueles mais sofisticados que tenham viabilidade econômica. A meta é disseminar as Fábricas em todas as regiões do Estado e, ao longo das principais rodovias do Anel de Integração, poderão funcionar também como pontos-de-venda direta aos consumidores.

Como pode ser analisada, a Fábrica do produtor tem características que visam o Desenvolvimento Rural Sustentável, pois aborda os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Pois, o pequeno produtor que vive com o caráter familiar da produção, tem características diferentes de um produtor patronal (grande propriedade rural mecanizada e com vários empregados). Enquanto a agricultura familiar, a família é proprietária dos meios de produção, realiza o trabalho na terra e existindo em alguns casos, algumas modalidades de produção com manifestação de valores e tradições baseados no patrimônio sócio-cultural da família.

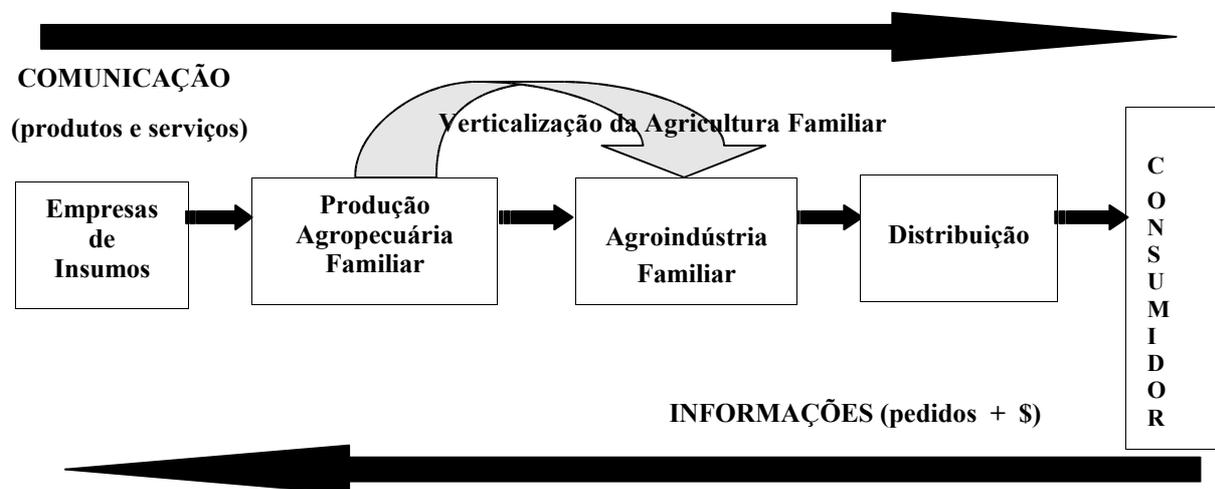
No Brasil, na segunda metade do século 20, ocorreu a passagem de um modelo de agricultura voltado para a auto-suficiência da propriedade rural, para o complexo sistema de interdependência, que marca as relações do setor rural com a indústria e os serviços. Esse processo, apesar de contribuir com o desenvolvimento do país, evoluiu de forma desordenada, ocasionando problemas de desajustes econômicos e sociais (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990).

O processo de modernização da agricultura se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com conseqüente deterioração da distribuição de renda no setor agrícola. As políticas de incentivo à modernização, a partir de 1970, subsidiaram fortemente insumos modernos, especialmente fertilizantes, defensivos e mecanização, contribuindo com as condições de maior lucratividade das culturas modernas (como cana-de-açúcar, café, soja, trigo etc.); ainda mais porque, sendo produtos de exportação e de transformação industrial, têm sempre uma evolução dos preços mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente os produtos alimentícios (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 29).

Para Bialoskorki Neto (2002), a discussão em torno do desenvolvimento da agricultura passa não só pela questão dos fatores de produção: terra, capital e trabalho e a capacidade de geração e transferência de tecnologia, mas também, pela questão dos níveis de especialização, instituições de pesquisa, e educação dos produtores rurais. O autor cita que o sucesso das transações econômicas dependem de uma rede de relacionamentos, podendo ser entendido como a intensidade de relacionamentos em rede social e entre agentes econômicos.

Desta forma, torna-se importante pensar sobre o ambiente institucional e ambiente organizacional para analisar a verticalização⁴ da agricultura familiar (Figura 1), pois este conceito tem aparecido com frequência crescente na literatura que trata de políticas públicas.

AMBIENTE INSTITUCIONAL: Cultura, Leis, Tradições, Normas, Educação, Capital Social, Costumes.



AMBIENTE ORGANIZACIONAL: Associações, Sindicatos, Informação, Instituto de Pesquisa, Governo, Agente Financeiro, Cooperativas, Empresas e Prefeitura Local.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Zylbersztajn (1995).

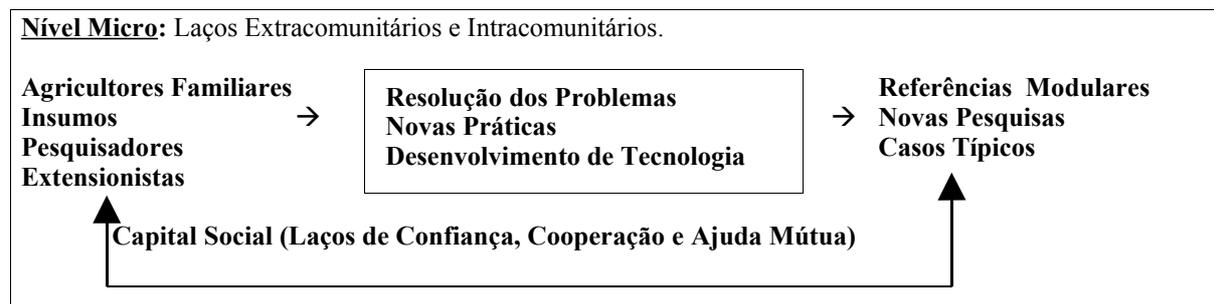
Figura 1 — Verticalização da Agricultura Familiar no Sistema Agroalimentar (SAA)

Ao se analisar a produção agropecuária, é importante destacar que os pequenos produtores poderão estar inseridos no Projeto Redes de Referência⁵, o qual oferta novas tecnologias ampliando as possibilidades de modernização, disponibilizando informações e métodos para orientar os agricultores na gestão da empresa agrícola. Desta forma, ao se analisar a verticalização da agricultura familiar é necessário valorizar as políticas públicas para o fortalecimento e geração do capital social dos pequenos produtores (Figura 2).

⁴ As verticalizações, de forma mais ampla em agronegócios, significam o conjunto de atividades de produção e agroindustrialização de produtos agropecuários, e podem estender-se às primeiras etapas da comercialização dos produtos já industrializados. Por exemplo, uma granja de rebanho leiteiro pratica uma integração vertical de sua atividade produzindo leite, e transformando-o em laticínio próprio, em produtos lácteos, como queijos, iogurtes, doces e outros derivados (ARAÚJO, 2003, p. 113).

⁵ Com o objetivo de desenvolver e difundir sistemas de produção melhorados para a agricultura familiar paranaense, a EMATER/PR e o IAPAR desenvolvem desde 1998 o projeto “Redes de Referências para a Agricultura Familiar”, integrante do Programa de Estado “Paraná 12 Meses”. A metodologia utilizada neste projeto surgiu de um convênio firmado com uma instituição de pesquisa francesa, que realiza este trabalho em toda a França, há 25 anos.

Nível Macro: Projeto Redes de Referência para a Agricultura Familiar (Política Pública do Estado do Paraná): Coordenação Estadual, Equipe Mesorregional → deverá conter credibilidade, Eficácia Institucional e Cooperação entre as Instituições (integração e ligação).



Fonte: Ferreira e Bernardo-Rocha (2005).

Figura 2 — Sistema sobre a Formação de Capital Social através do Projeto Redes de Referência

Isso deriva de um novo padrão de políticas, baseado na parceria entre as diversas instâncias e órgãos do poder público, as empresas privadas e as organizações da sociedade civil. Alguns autores consideram o fenômeno como o surgimento de um novo padrão de relação entre o Estado e a sociedade, que pode vir a representar mudanças significativas em nossa matriz política, econômica e social (PASSADOR, 2003).

Nesse sentido, Paulillo (2000), referindo-se aos encadeamentos agroindustriais, comenta que os encadeamentos tecnológicos e produtivos apresentam algumas características básicas: a interdependência dos atores, a complementaridade dinâmica dos segmentos, a troca de recursos de poder e a articulação dos interesses. Essas características podem promover um processo de interação estratégica ou de coalizão política e econômica entre os atores privados (individuais e coletivos) e as agências públicas do Estado. Podem ocorrer diversos arranjos institucionais que envolvem, de maneira diferenciada, segmentos estatais e privados na formulação e na implementação de políticas públicas em cada encadeamento. Nesses arranjos, aparecem com destaque as questões sobre as formas de organização, mobilização e representação dos interesses dos atores, que influenciam na realização das políticas públicas. Assim, podem-se formar redes políticas em torno dos interesses e dos recursos de poder envolvidos.

A construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento é essencial para exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região. Assim, observa-se principalmente na América Latina uma grande discussão em torno do capital social, redes, agricultura e desenvolvimento social na última década (CEPAL, 2000; KLIKSBERG, 1999; ABRAMOVAY, 2000).

Observa-se através dos projetos apresentados uma nova relação entre agricultores familiares, mercado e estado, pois ao longo dos anos investiu-se na capacitação em tecnologias de produção, buscando o aumento da produção e da produtividade. Hoje, além da melhoria da produção pautada no desenvolvimento sustentável, busca-se a agregação de valor através da agroindustrialização. Este novo cenário indica que a verticalização da agricultura, através da produção agroindustrial, representa um grande desafio para os agricultores, os quais passam a atuar em espaços cada vez mais dinâmicos.

5. Considerações finais

Através das reflexões realizadas acerca da verticalização da agricultura familiar, é possível realizar alguns apontamentos sobre este tema no Brasil, como seguem:

A literatura aponta que a inevitabilidade do êxodo rural está sendo progressivamente contestada por estudos que indicam o potencial inexplorado do desenvolvimento rural,

especialmente na agricultura familiar modernizada e nas suas amplas oportunidades de gerar empregos rurais e não rurais.

Na abordagem sistêmica do Desenvolvimento Rural Sustentável, observa-se que a consolidação e a modernização da agricultura familiar através da verticalização são alternativas viáveis, se acompanhadas da criação de empregos agrícolas e não agrícolas, principalmente quando se considera o alto custo social e ambiental da agricultura patronal, principalmente do Cerrado.

O programa Fábrica do produtor no Estado do Paraná apresenta-se como uma proposta de sustentabilidade social, econômica e ambiental, pois visa à agregação de valor aos produtos agrícolas.

Quanto à verticalização da agricultura familiar em si, a mesma depende do ambiente institucional e organizacional e considera-se que o governo estadual, através de políticas públicas, possa interferir de forma positiva para fomentar ações de associativismo, cooperativismo, consórcios, trocas de experiências, transferências de tecnologias (universidade e pequena propriedade rural), além do acesso a créditos.

Ao analisar algumas experiências de verticalização ocorridas em outros estados, foi possível identificar que para que ocorra o fortalecimento da agricultura familiar é importante que o governo local do estado faça um mapeamento dos possíveis itens beneficiados pelos agricultores familiares e passem a dar preferência de aquisição de produtos elaborados a partir do local. Um exemplo de sucesso é a experiência de Santa Catarina, onde as compras públicas de merenda escolar como leite e iogurte são adquiridos de pequenos produtores rurais. Os pequenos produtores tiveram uma significativa melhora de remuneração, a cooperação ganhou força e os gastos da prefeitura declinaram. Ou seja, para este fortalecimento é necessário um trabalho de integração entre Estado, prefeitura e agroindústria.

Por fim, a realização dessa discussão teórica sobre a verticalização da agricultura familiar, capital social e desenvolvimento rural sustentável indica que é necessário possuir uma visão sistêmica para se analisar a pequena propriedade rural no Brasil, ou seja, pensar em uma política pública por si só, não resolve a questão da agricultura familiar. Para a verticalização da agricultura familiar é necessário considerar vários atores e vários fatores: o Estado é um agente importante nesse processo de criação do capital social. Porém, é necessário compreender através da abordagem sistêmica que sem o comprometimento de todos (institutos de pesquisa, SEBRAE, IAPAR, EMATER, Universidades e Prefeituras locais) a verticalização da agricultura familiar, assim como a criação do capital social, tornar-se-ão difíceis de serem realizados, ficando o projeto da agricultura familiar, como estratégia de inclusão social pelo trabalho e de desenvolvimento local-regional sustentável, apenas no papel. Enfim, sem uma política que envolva a todos, todos perdem. É por isso que o conceito de Capital Social tem a ver com poder e com política, porque política é participar.

6. Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, abr./jun.2000.

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica, **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 47, p. 65-79, 1999.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAÚJO, N. B. de; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro**. Agroceres, 1990.

BIALOSKORKI NETO, S. **Capital social, governança e desenvolvimento da agricultura**: um ensaio analítico. FEARP/USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/fearp/sig>>. Acesso em: 7 jul. 2003.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CEPAL. *Comissão Econômica para América Latina y Caribe. Capital social y desarrollo*. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/desarrollosocial/pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2003.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. 3. ed. Cambridge: The Belknap of Harvard University Press, 2000.

DE FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília. Instituto de Política, 2001.

EVANS, P. *Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy*, **Revista World Development**, v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.

FERREIRA, M. R.; BERNARDO-ROCHA, E. E. R. Empreendedorismo e políticas públicas: reestruturação e fortalecimento da agricultura familiar. In: EGEPE — ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, **Anais...**Curitiba, 2005.

GLOBO RURAL. **Blumenau, SC, investe no campo e aposta na versatilidade da família rural**. Disponível em: <<http://www.globorural.globo.com/barra.asp/>>. Acesso em: 3 ago. 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e a agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1995-1996**. n. 20, Paraná, Rio de Janeiro, 1997. CD-ROM.

KLIKSBERG, B. *Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo*. **Revista de La CEPAL**, n. 69, Diciembre.1999.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PARDINI, M. Dinheiro para os pequenos. **Revista Dinheiro Rural**, São Paulo, ano 1, edição 001, p. 108-109, nov.2004.

PASSADOR, C. S. **Um estudo do projeto Escola do Campo — Casas Familiar Rural (1990-2002) do Estado do Paraná: a pedagogia da alternância como referencial de permanência**, 2003, 194 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Carlos: Rima/UFSCar, 2000.

PRONAF. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/>>. Acesso em: 6 ago. 2005.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

VAZ, J. C. PROVE — Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural. In: **125 Dicas — Idéias para a ação municipal**. São Paulo: Polis, 2000.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação de sistemas agroindustriais**: uma aplicação da nova economia das instituições. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1995.